

Territórios e Estratégias Organizacionais

Mestrado em Economia
Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Paulo Neto

Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UÉ

Universidade de Évora, 2011

Nota Introdutória

A unidade curricular de Territórios e Estratégias Organizacionais tem como objectivo principal contribuir para um conhecimento aprofundado das abordagens teóricas e analíticas mais recentes de análise económica e de planeamento de unidades territoriais infranacionais (locais /regionais/ interregionais/ transnacionais) e de pilotagem do relacionamento territórios-empresas.

Esta unidade curricular procura assegurar as seguintes principais competências: i) Capacidade para conceber estratégias de desenvolvimento dirigidas a contextos territoriais específicos; ii) Capacidade para conceber e desenhar políticas públicas e projectos empresariais com uma forte ancoragem territorial; iii) Capacidade para conceber e gerir os processos de atracção e de captação de empresas tendo em vista a sua localização num determinado território; iii) Capacidade para apoiar os processos de instalação de empresas num determinado território específico; iv) Capacidade para gerir o portfolio de empresas de um determinado território e gerir a sua atractividade económica global a diferentes escalas territoriais.

O presente material pedagógico de apoio tem como objectivo apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e contribuir para efectiva apreensão dos conteúdos programáticos da unidade curricular e respectivas competências.

Programa da Unidade Curricular

Introdução.

- 1) A administração, o planeamento e o desenvolvimento dos territórios e as implicações da integração europeia e da crescente exposição internacional.
- 2) A governação e a *governance* – o novo modelo relacional territórios-organizações e as novas exigências para a definição de políticas públicas de base territorial.
- 3) A economia de redes, a economia em rede e a pilotagem dos territórios e das organizações às diferentes escalas territoriais.
- 4) A Política Regional da União Europeia e as demais políticas com relevância territorial da União.
- 5) As políticas públicas com relevância territorial em Portugal e o novo enquadramento decorrente da futura Política de Coesão 2014-2020.
- 6) A competitividade dos territórios e das organizações no contexto da economia global.
- 7) A gestão da atractividade territorial, a diplomacia económica e os modelos de inter-actuação estratégica territórios-organizações.

Conclusões.

Territórios e Estratégias Organizacionais

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

(Parte 2 – Capítulos 5 , 6 , 7)

Paulo Neto

Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UÉ

Universidade de Évora, 2011

5) As Políticas Públicas com relevância territorial em Portugal e o novo enquadramento decorrente da futura Política de Coesão 2014-2020.

1. O novo paradigma comunitário para a intervenção territorial

- A política regional da União Europeia até 2006
- Uma política inovadora de discriminação positiva
- Uma política centrada na correcção das disparidades e na construção do *território da União*
- Uma importante fonte de aprendizagem e de *up-grade* nos processos e nos instrumentos para o planeamento territorial em Portugal
- A política regional da União Europeia a partir de 2007

1. O novo paradigma comunitário para a intervenção territorial

- A Agenda de Lisboa

Crescimento e Emprego

Economia do Conhecimento

Competitividade

Contribuição da política de coesão para o crescimento e o emprego

- O FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

1. O novo paradigma comunitário para a intervenção territorial

- Enquadramento da Política de Coesão para 2007-2013:

Concentração (temática e geográfica);

Convergência (estimular o potencial de crescimento);

Competitividade Regional e Emprego (antecipar e promover as alterações económicas);

Cooperação Territorial Europeia (promover uma maior integração do território da União);

Governança (melhoria do desempenho e do sucesso das políticas públicas)

2. As orientações nacionais para o próximo período de programação 2007-2013

- PNACE – Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
- Plano Tecnológico
- PNROT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015
- PNDR – Plano Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013
- QREN – Quadro Estratégico de Referência Nacional 2007-2013

2. As orientações nacionais para o próximo período de programação 2007-2013

- Prioridades estratégicas de intervenção comuns aos diferentes instrumentos de política:
 - 1) Qualificar os portugueses em direcção à sociedade do conhecimento.
 - 2) O posicionamento estratégico dos territórios no contexto ibérico, europeu e global
 - 3) A organização equilibrada do território nacional.
 - 4) A necessidade da sustentabilidade ambiental das intervenções
 - 5) Economia sustentável, competitiva e orientada para as actividades de futuro.
 - 6) Gestão eficiente e preventiva do ambiente e dos recursos naturais

2. As orientações nacionais para o próximo período de programação 2007-2013

- O PNPOT – A lógica espacial subjacente à estratégia:

Objectivo Estratégico 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e natural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.

Objectivo Estratégico 2 – Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global

Objectivo Estratégico 3 – Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

2. As orientações nacionais para o próximo período de programação 2007-2013

- O PNPOT – A lógica espacial subjacente à estratégia (cont.):

Objectivo Estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e equipamentos colectivos e a universalidade de acesso aos serviços de interesse geral promovendo a coesão social.

Objectivo Estratégico 5 – Expandir as redes de infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua utilização crescente pelos cidadãos, empresas e administração pública.

Objectivo Estratégico 6 – Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

2. As orientações nacionais para o próximo período de programação 2007-2013

- QREN 2007-2013 - Principais princípios orientadores de intervenção:

Concentração

Selectividade

Sustentabilidade financeira

Viabilidade económica

Gestão e monitorização estratégica

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- O QREN procura a concretização, com o apoio dos fundos estruturais e por todos os Programas Operacionais, de três grandes agendas temáticas:
- Agenda para o Potencial Humano (Qualificação; empreendedorismo; inclusão e desenvolvimento social)
- Agenda para os Factores de Competitividade (Estímulo à produção do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico; inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização; redução dos custos públicos de contexto; acções integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos)
- Agenda para a Valorização do Território (reforço da conectividade internacional e das acessibilidades; protecção e valorização do ambiente; política de cidades e redes)

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- A estrutura do QREN:

Programas Operacionais Temáticos:

Potencial Humano

Factores de Competitividade

Valorização do Território

Programas Operacionais Regionais do continente:

Norte (objectivo convergência)

Centro (objectivo convergência)

Lisboa (objectivo competitividade)

Alentejo (objectivo convergência)

Algarve (objectivo convergência – *phasing out*)

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- A estrutura do QREN (cont):

Programas Operacionais Regionais das Regiões Autónomas da Madeira e Açores

Madeira (objectivo competitividade – *phasing in*)

Açores (objectivo convergência)

Programas Operacionais de Cooperação Territorial

Transfronteiriço (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo)

Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias)

Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional

Programas Operacionais de Assistência Técnica

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- O Programa Operacional Temático Potencial Humano
- Eixos de intervenção:

Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial

Eixo Prioritário 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

Eixo Prioritário 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional

Eixo Prioritário 4 – Formação Avançada

Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa

Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social

Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género

Eixo Prioritário 8 – Algarve

Eixo Prioritário 9 – Lisboa e Vale do Tejo

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade
- Eixos de intervenção:

Eixo Prioritário 1 – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Eixo Prioritário 2 – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

Eixo Prioritário 3 – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

Eixo Prioritário 4 – Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

Eixo Prioritário 5 – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial

Eixo Prioritário 6 – Acções Inovadoras e Assistência Técnica

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- O Programa Operacional Temático Valorização do Território
- Eixos de intervenção:

Eixo Prioritário 1 – Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais

Eixo Prioritário 2 – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos

Eixo Prioritário 3 – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma dos Açores

Eixo Prioritário 4 – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira

Eixo Prioritário 5 – Infra-estruturas Nacionais para a Conectividade e Valorização Territorial

Eixo Prioritário 6 – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional

Eixo Prioritário 7 – Assistência Técnica do Programa Operacional

3. O QREN 2007-2013 – o enquadramento da nova intervenção

- O Programa Operacional Regional do Alentejo
- Eixos de intervenção:

Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

Eixo Prioritário 2 – Desenvolvimento Urbano

Eixo Prioritário 3 – Conectividade e Articulação Territorial

Eixo Prioritário 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

Eixo Prioritário 5 – Governação e Capacitação Institucional

4. Implicações para Portugal da futura Política de Coesão 2014-2020

- O Documento Estratégia de Lisboa pós 2010.
- O regresso dos sectores económicos tradicionais ao centro das políticas europeias e o seu *upgrade* em termos tecnológicos e informacionais.
- O Documento Estratégia Europa 2020.
- A necessidade de territorialização das políticas públicas e dos seus objectivos.

4. Implicações para Portugal da futura Política de Coesão 2014-2020

- O Livro Branco para a *Multilevel Governance*.
- Os territórios locais e regionais no centro das estratégias europeias de recuperação económica.
- A articulação entre a governação e a governança como princípio geral desejável de desenvolvimento dos territórios.
- As propostas de regresso ou de reinvenção do princípio da subsidiariedade.

4. Implicações para Portugal da futura Política de Coesão 2014-2020

- A Agenda Territorial 2020 da União Europeia
 1. Promover um desenvolvimento territorial equilibrado e policêntrico.
 2. Encorajar um desenvolvimento integrado nas cidades e em determinadas regiões rurais.
 3. Integração territorial em regiões transnacionais e transfronteiriças.
 4. Fomentar a competitividade global das regiões baseadas em fortes economias locais.
 5. Melhorar a ligação territorial dos indivíduos, comunidades e empresas.
 6. Gerir e ligar valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões.

4. Implicações para Portugal da futura Política de Coesão 2014-2020

- A Futura Política de Coesão 2014-2020
 1. Estreita articulação do modelo de financiamento com os objectivos da Estratégia Europa 2020.
 2. Estreita articulação entre a definição / prossecução dos Planos Nacionais de Reformas e a Estratégia Europa 2020.
 3. Integração territorial em regiões transnacionais e transfronteiriças.
 4. Concentração dos recursos num pequeno número de prioridades temáticas ligadas à Estratégia Europa 2020.
 5. Fazer depender as condições de financiamento da implementação, por parte de cada Estado-membro, de um conjunto de reformas a definir.

4. Implicações para Portugal da futura Política de Coesão 2014-2020

- A Futura Política de Coesão 2014-2020

6. Criar uma reserva de performance.

7. Combinar o mecanismo de empréstimo com os mecanismos tradicionais de financiamento.

8. Reforço da dimensão territorial e dos mecanismos de parceria.

9. Forte probabilidade de redução da futura dotação orçamental da política de coesão.

10. Forte probabilidade de redução do número das regiões convergência e a de criação de uma nova categoria de transição para regiões entre 75% a 90% da média do PIB *per capita* da União.

11. A introdução do princípio de *macroeconomic conditionality*.

6) A competitividade dos territórios e das organizações no contexto da economia global.

1. Enquadramento da problemática dos processos territoriais de inovação e de fomento da competitividade

- A Abordagem dos Pólos de Competitividade que vamos analisar assentam na valorização de economias de aglomeração e resultam de um conjunto de abordagens que os antecederam:
 - Os Distritos Industriais de MARSHALL (1919,1920), BAGNASCO (1977) e BECATTINI (1989);
 - Os Pólos de Crescimento de PERROUX (1955);
 - Os Sistemas Territoriais de Produção de BRUN (1985) e de CREVOISER e MAILLAT (1989);
 - Os Sistemas Industriais Localizados de COLLETIS, COURLET e PECQUEUR (1990);
 - As Áreas-Sistema de GAROFOLI (1994);
 - Os Distritos Tecnológicos de ANTONELLI (1986);

1. Enquadramento da problemática dos processos territoriais de inovação e de fomento da competitividade

- Os *Clusters* de MARKUSEN (1996), ROELAND e HERTOOG (1999) e GORDON e MCCANN (2000);
- Os Meios Inovadores de AYDALOT (1986), de MAILLAT, CREVOISIER e LECOQ (1991), de PERRIN (1989), de RATTI, BRAMANTI e GORDON (1997) e de CAMAGNI (1999);
- Os Sistemas Regionais de Inovação de STÖRH (1986), PLANQUE (1991), LUNDVALL (1992), LUNDVALL e JOHNSON (1994), COOKE (1995), STORPER e SCOTT (1995), ASHEIM (1996), ASHEIM e ISAKEN (1997), MORGAN (1997);
- As *Learning Regions* de FLORIDA (1995), MAILLAT e KEBIR (1999), PRATT (1997), HUDSON (1999) e de RUTTEN e BOEKEMA (2007).

1. Enquadramento da problemática dos processos territoriais de inovação e de fomento da competitividade

- *Na perspectiva do território a competitividade resulta da simbiose entre as dinâmicas das empresas locais e as dinâmicas de criação e/ou reprodução de factores territorializados de competitividade* (Lopes, 2001).
- *Território competitivo é aquele que, mediante combinações pertinentes de recursos, incluindo o conhecimento e a organização, adquire um estatuto de inimitabilidade face a outros territórios durante um período suficientemente longo para sustentar uma estratégia de desenvolvimento* (Figueiredo, 2002).
- *Successful regional economies are associational economies, i. e. places with a high degree of interfirm and firm-agency interaction* (Cooke e Morgan, 1998).

1. Enquadramento da problemática dos processos territoriais de inovação e de fomento da competitividade

- *Firms and industries depend on localized knowledge* (Malecki e Hospers, 2007).
- *El desarrollo economico y la dinámica productiva dependen de la introducción y difusión de las innovaciones y el conocimiento, que impulsan la transformación y renovación del sistema productivo, ya que, en último análisis, la acumulación de capital es acumulación de tecnología y conocimiento* (Vásquez-Barquero, 2000).

1. Enquadramento da problemática dos processos territoriais de inovação e de fomento da competitividade

- *O eixo central das políticas regionais e urbanas que classicamente estava centrado no objectivo de equidade (coesão) territorial, em que as políticas do ordenamento do território eram entendidas sobretudo como políticas de redistribuição, vai se deslocando progressivamente para o objectivo da eficiência do sistema económico, surgindo o território como um dos suportes essenciais da promoção dessa eficiência (DPP, 2006).*

2. A cooperação metropolitana e sua articulação com outras políticas públicas territoriais e sectoriais – o caso francês

- A França é um dos países que tem efectivamente estado na linha da frente da definição de políticas públicas de nova geração e de projectos-piloto no domínio do planeamento regional e urbano e que se articulam entre si enquanto sistema reticular de intervenção espacial. Alguns exemplos:
 - O Programa de cooperação metropolitana e a estratégia *Métropolitaine* que vem sendo desenvolvida desde 2005;
 - A Operação Piloto para a captação de parcerias transnacionais entre Sistemas Produtivos Locais desenvolvida desde 2001;
 - Programa de Apoio aos Sistemas Produtivos Locais, implementada entre 1997 e 2001;
 - A figura de planeamento Contrato de Aglomeração que está em funcionamento;

2. A cooperação metropolitana e sua articulação com outras políticas públicas territoriais e sectoriais – o caso francês

- A figura de planeamento Projectos de Metr pole que integram os Contratos de Plano Estado-Região;
- A política de competitividade dos territórios litorais que ganhou um novo aprofundamento em 2004;
- O apoio às bacias em reestrutura o econ mica que foi ainda reforçado em 2005;
- O Pr mio de Ordenamento do Território (PAT) que foi criado em 2001;
- O Programa de Pequenas Cidades em Meio Rural criado em 2005;

2. A cooperação metropolitana e sua articulação com outras políticas públicas territoriais e sectoriais – o caso francês

- O Programa de Pólos de Competitividade iniciado em Novembro de 2004;
- O Programa de Pólos de Excelência Rural criado em 2005.

2. A cooperação metropolitana e sua articulação com outras políticas públicas territoriais e sectoriais – o caso francês

- As grandes linhas orientadoras da actual intervenção territorial e sectorial em França:
 - As grandes metrópoles são o elemento motor fundamental para a renovação e crescimento industrial da França e para o reforço do seu posicionamento competitivo na economia mundial;
 - A renovação industrial e o crescimento económico é assegurado através da forte cooperação entre empresas e entidades de investigação, preferencialmente numa lógica de proximidade geográfica;
 - As pequenas cidades em meio rural são um elemento fundamental de coesão e de equilíbrio para a coerência global do sistema urbano e de eficiência e equidade do sistema económico.

2. A cooperação metropolitana e sua articulação com outras políticas públicas territoriais e sectoriais – o caso francês

- Estas grandes linhas orientadoras de intervenção são concretizadas através da aposta nos seguintes princípios de intervenção:
 - A diversificação operacional das noções de actores e de parcerias;
 - Modalidades de governança que privilegiam a criação de estruturas de parceria próprias dos projectos, com individualidade jurídica e responsabilização perante os próprios parceiros e as administrações públicas que lhe conferem os apoios;
 - A concentração temática evitando dispersão de recursos e fomentando a criação de escalas mínimas para reunião de competências e geração de economias de custos;

2. A cooperação metropolitana e sua articulação com outras políticas públicas territoriais e sectoriais – o caso francês

- A exigência da aglomeração territorial de forma a gerar proximidades estratégicas, mas simultaneamente a flexibilização resultante da libertação dos projectos dos limites de natureza administrativa privilegiando os limites económicos;
- A integração desses programas num conjunto global de intervenções visando a dinamização das redes urbanas nas suas dimensões interna e internacional, ligando, de forma interactiva, o desenvolvimento rural às dinâmicas das pequenas e médias cidades.

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- *O Pólo de Competitividade define-se como sendo a combinação, num determinado espaço geográfico, de empresas, de centros de formação e de unidades de investigação públicas e privadas, empenhadas numa parceria destinada a criar sinergias em torno de projectos comuns inovadores (in <http://www.competitivite.gouv.fr>).*
- O conceito de Pólo de Competitividade é um conceito substancialmente diferente do conceito de pólo de crescimento de Perroux ou do conceito de pólo tecnológico.

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- A teoria dos pólos de crescimento de Perroux partia do princípio de que os efeitos de dispersão que irradiam dos *pontos* espacialmente localizados (empresa ou grupos de empresas, aglomerações populacionais, etc) transmitem impulsos de crescimento a outros *pontos* – efeitos de dispersão – que podiam ultrapassar os efeitos de polarização, isto é, a reabsorção dos efeitos de dispersão pelo próprio *ponto*.
- Basicamente, o pólo de competitividade distingue-se da figura tradicional dos pólos, por tratar essencialmente de um projecto de parceria a dois níveis, por um lado entre, as instituições que são fundamentais para o crescimento industrial inovador no contexto da economia global (as empresas e as instituições de I&D, ensino e formação), e, por outro lado, com as instituições financeiras e as administrações públicas aos vários níveis territoriais que irão apoiar cada projecto de pólo (Figueiredo, Chorincas e Martins, 2005).

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- **Os participantes no Pólo de Competitividade:**
 - O Estado ao qual cabe apenas o papel de actor político (configuração, lançamento e acompanhamento do Programa e facilitador a nível institucional para os actores principais);
 - Os actores principais (empresas, unidades de I&D e centros de formação) que constituem os elementos que configuram o pólo (produção, investigação e inovação e formação) e, que, em parceria são responsáveis pela sua implementação;
 - Os parceiros maiores (as colectividades territoriais e as instituições financeiras parceiras).

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- **Prioridades Orientadoras das Actividades do Pólo de Competitividade:**
 - Estabelecimento de parcerias com elementos exteriores ao Pólo mas com ele relacionados (Estado, colectividades territoriais e financiadores);
 - Definição e concretização de projectos comuns concretos indutores de produções de forte valor acrescentado e de emprego qualificado e muito qualificado;
 - Assegurar visibilidade internacional, devem por isso dispor de massa crítica industrial e tecnológica suficiente para, a prazo, se poderem posicionar nos primeiros lugares mundiais das actividades com forte potencial de crescimento.

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- **A natureza do Pólo de Competitividade:**
 - De dominante tecnológica, quando se caracterizam pela importância das actividades de investigação e pelas interacções entre os centros de I&D e as empresas, num determinado domínio tecnológico, sendo as actividades de investigação e as aplicações industriais que determinam a sua lógica;
 - De dominante industrial quando se caracterizarem pela concentração de empresas desenvolvendo actividades de I&D mais aplicadas e próximas do mercado, cujo potencial de crescimento determina a lógica de desenvolvimento do Pólo.

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- **Níveis de relevância dos Pólos de Competitividade em função da respectiva visibilidade internacional:**
 - Pólos mundiais se lideram os sectores em termos mundiais;
 - Pólos de vocação mundial por se considerar que são Pólos que podem vir a ser pólos mundiais;
 - Pólos nacionais se a sua visibilidade e desenvolvimento previsível futuro é sobretudo nacional.

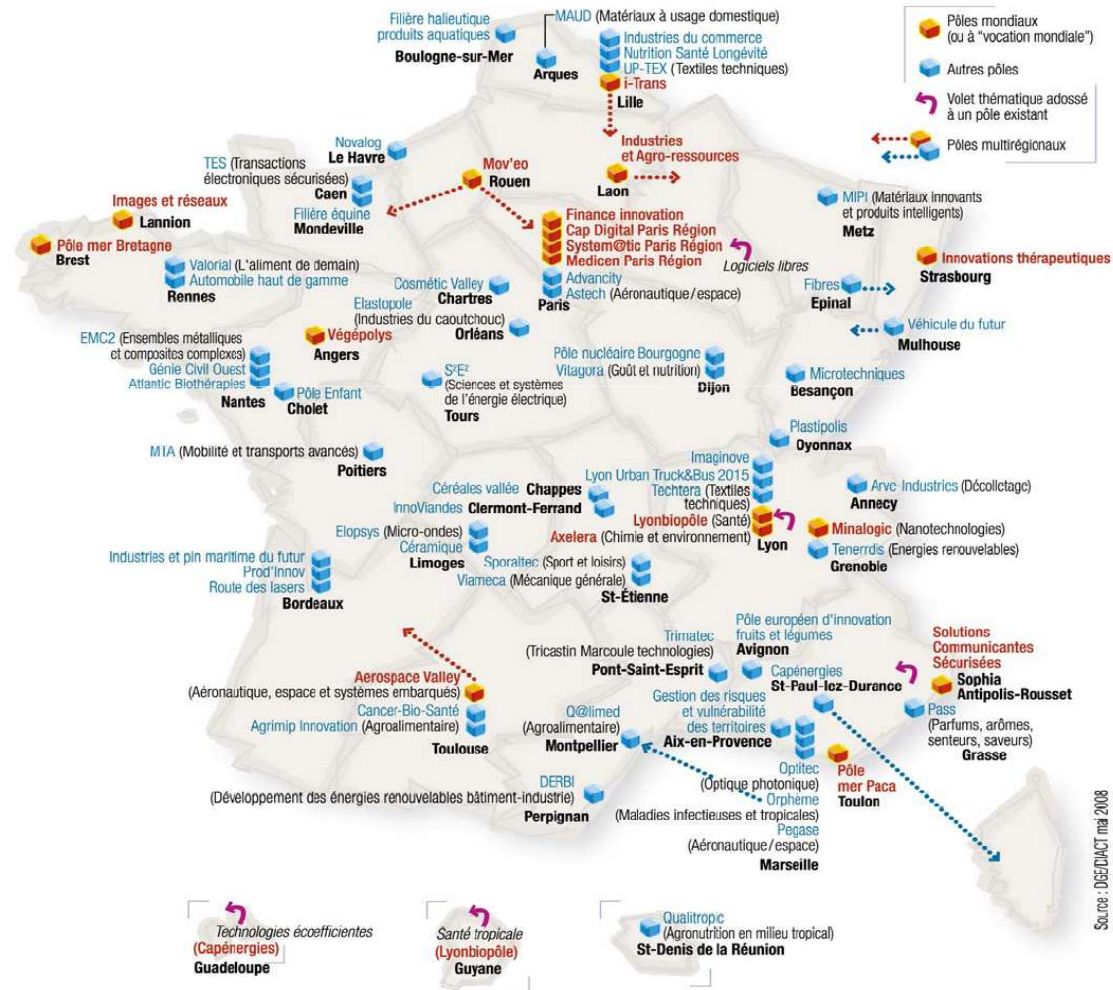
3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- **Princípios constituintes do Perímetro do Pólo:**
 - Os Portadores do Projecto – Agentes directamente envolvidos nos projectos concretos de cooperação a desenvolver, sejam empresas, instituições de I&D ou centros de formação;
 - A Governança do Pólo – A governança do Pólo deve ser desempenhada pelo conjunto das estruturas, formais ou informais, que permitem assegurar a coerência e a qualidade da parceria.;
 - A Dimensão Temática – O Pólo deve ser organizado e desenvolvido em torno de um determinado mercado ou sector e de um determinado domínio científico;
 - Os Participantes – Incluindo as diferentes soluções de cooperação inter-regionais e internacionais previstas bem como as engenharias financeiras a realizar (a sua geografia);
 - O Perímetro geográfico – Para a definição do perímetro geográfico do Pólo (devem ser consideradas as localizações dos actores principais) que podem localizar dentro dos limites de uma da região ou localizarem-se em mais do que uma região) e ainda o zonamento de I&D (delimitado em função da localização dos recursos humanos e materiais de I&D do pólo).

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- **A rede francesa de Pólos de Competitividade:**
 - No conjunto de 71 Pólos de Competitividade actualmente aprovados em França, 7 deles têm relevância mundial e 10 têm condições para a breve prazo assumirem relevância mundial;
 - Os restantes 54 Pólos têm relevância nacional;
 - Algumas regiões incluem / participam simultaneamente em vários Pólos de Competitividade;
 - A rede francesa de Pólos de Competitividade envolve com participação directa as principais multinacionais francesas nos diversos sectores;
 - Existe uma grande diversidade temática e sectorial de Pólos.

Carte des 71 pôles de compétitivité français

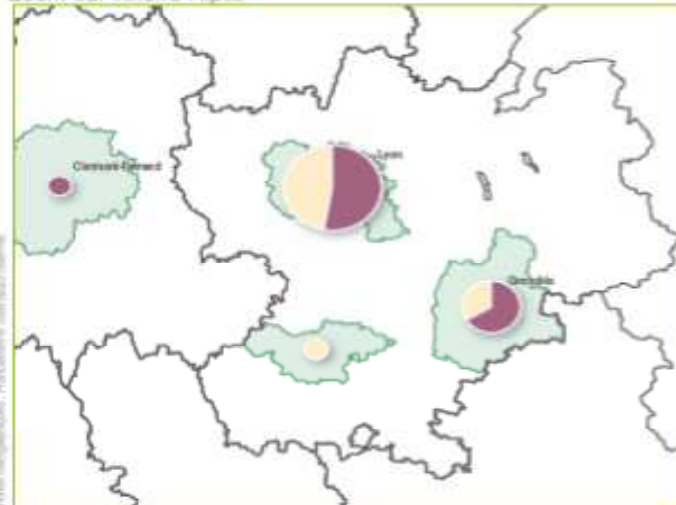


Source: DSE/DIACT mai 2008

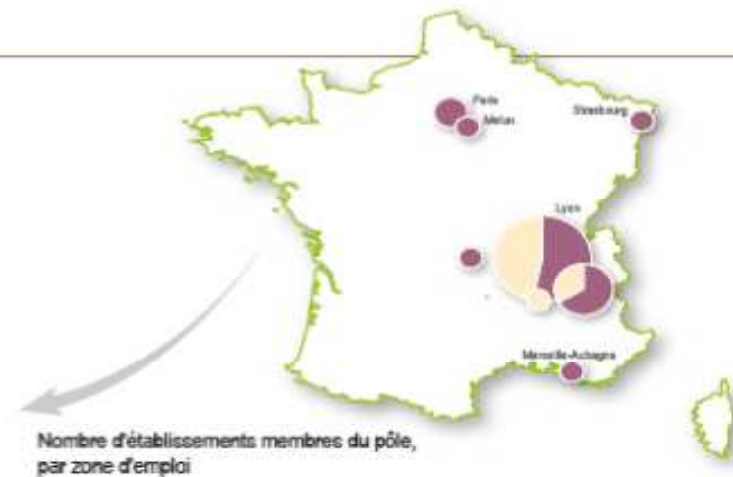
Lyonbiopôle

7. Les établissements membres du pôle

Zoom sur Rhône-Alpes



Réalisation : Diad - Observatoire des territoires, 2007



Nombre d'établissements membres du pôle, par zone d'emploi



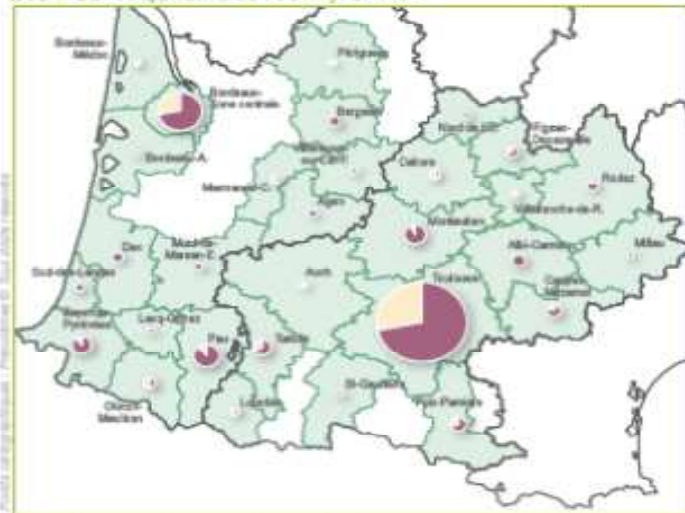
Part des PME dans l'ensemble des établissements membres du pôle

Sources : Sessi - recensement auprès des pôles, Insee - CLAP 2005

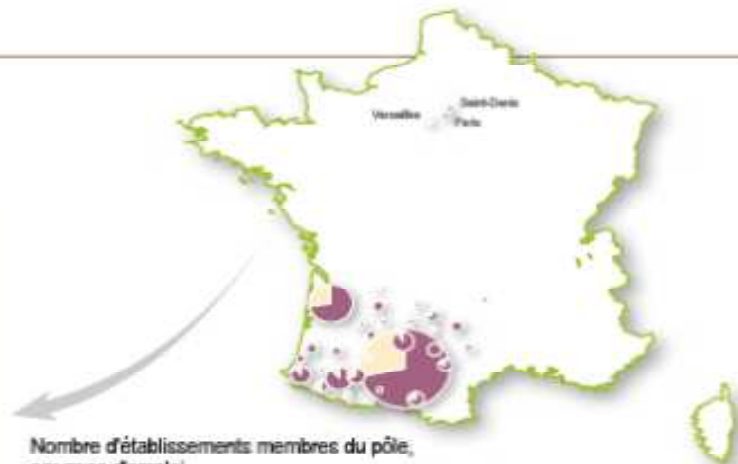
Aerospace Valley

7. Les établissements membres du pôle

Zoom sur l'Aquitaine et Midi-Pyrénées



Réalisation : Clact - Observatoire des territoires, 2007



Nombre d'établissements membres du pôle, par zone d'emploi



Part des PME dans l'ensemble des établissements membres du pôle

Sources : Sessi - recensement auprès des pôles, Insee - CLAP 2005

3. A política pública francesa para a promoção e desenvolvimento dos Pólos de Competitividade

- Sugere-se a título exemplificativo a consulta durante a própria aula pelos alunos, nos seus computadores, de três endereços oficiais de pólos:
- Lionbiopôle – <http://www.lyonbiopole.org/>
- Pôle Mer Bretagne – <http://www.pole-mer-bretagne.com/>
- Aerospace Valley – <http://www.aerospace-valley.com>

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

	Paradigma Tradicional	Novo Paradigma
Objectivos	Equidade e assistência; valorização do rendimento agrícola; aumento da competitividade da agricultura.	Aumento da competitividade das áreas rurais; valorização dos recursos, características e potencialidades locais; rentabilização de recursos e potencialidades habitualmente não consideradas.
Sectores-chave	Agricultura	Vários sectores ligados à economia rural (turismo rural, artesanato, indústria, tecnologia de informação, etc).
Principais instrumentos	Subsídios	Investimentos
Principais actores	Governos nacionais e agricultores	Todos os níveis de governo (supra-nacional, nacional, regional e local) e vários <i>stakeholders</i> do sector público e do sector privado.

Fonte: OECD (2006) *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- As novas políticas públicas dirigidas aos territórios rurais, e especialmente para os de baixa densidade, devem assentar na preocupação de assegurar resultados nos dois lados do binómio coesão-competitividade.
- As políticas públicas dirigidas aos territórios rurais não podem, por isso, ser políticas avulsas mas sim políticas integradas e coordenadas que devem assentar na intervenção simultânea e articulada, e assegurar resultados no território.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- A sobrevivência e o desenvolvimento dos territórios rurais dependerá, em grande medida:
 - Da capacidade das políticas públicas, a eles dirigidas, para induzirem factores de diferenciação nas estratégias individuais de desenvolvimento;
 - Das soluções que fomentarem em termos de gerar formas de relacionamento privilegiado entre esses territórios.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- O programa francês de apoio ao desenvolvimento dos espaços rurais através das pequenas e médias cidades procura contribuir para a realização dos seguintes objetivos:
 - Reforçar as funções de centralidade das pequenas cidades através do fomento de uma lógica de cooperação;
 - Assegurar a sobrevivência destes territórios em termos económicos e em termos de coesão social;
 - Melhorar a qualidade dos serviços prestados nos territórios onde se localizam estas cidades;
 - Promover nestas cidades e nos territórios envolventes contextos favoráveis ao desenvolvimento económico.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- Em termos de políticas públicas dirigidas ao território a França segue habitualmente um tipo de procedimento de processo progressivo e gradativo de concepção e implementação da política pública.
- A política pública inicia-se, habitualmente, com um programa experimental territorialmente muito circunscrito e aplicado em territórios-piloto que, posteriormente, se vai sofisticando e generalizando a contextos territoriais mais vastos.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- **Critérios de elegibilidade de Projectos do Programa Pequenas Cidades em Meio Rural:**
 - O projecto deve situar-se ao nível do pólo urbano e ser conduzido por uma estrutura *intercommunal* que assume a responsabilidade pelo projecto;
 - O projecto deve envolver um conjunto de unidades urbanas de forma a incluir entre 4 a 35 mil habitantes;
 - O projecto deve integrar-se em contextos fortes de desenvolvimento rural (localizar-se em zonas de revitalização rural; e ou constituir um pólo prioritário no quadro de um contrato programa regional ou departamental);
 - Deve integrar-se nas políticas regionais estruturantes implementadas ou em processo de implementação no território regional em que se inscreve.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- **Princípios para a integração dos Projectos na Estratégia Global de Desenvolvimento da Região onde se inserem:**
 - Assegurar efeitos de complementaridade e de arrastamento de outros projectos em curso ou a implementar no território – fomentando-se por esta via o surgimento de cachos de projectos;
 - Concretização de uma estratégia de concertação entre vários níveis da administração e da sociedade civil – fomentando-se por esta via o surgimentos de projectos-fileira e de fileiras de projectos;
 - O reforço e a criação de “âncoras-locais”.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- O Programa dos Pólos de Excelência Rural em França foi criado em Dezembro de 2005 tendo como grande objectivo apoiar territórios rurais que possam funcionar como “reservatórios de excelência e crescimento”.
- O Programa dos Pólos de Excelência Rural em França assenta em mecanismos de selectividade, certificação e regulação.
- Uma das inovações, em termos de figura de planeamento, inscritas na nova legislação francesa é a figura de *territórios de projecto*.
- Os territórios de projecto não correspondem a uma dimensão administrativa, mas sim uma categoria espacial de intervenção em parceria, em que se procura conjugar uma realidade geográfica, uma participação activa da sociedade civil, um relacionamento contratual entre o Estado e as colectividades locais.

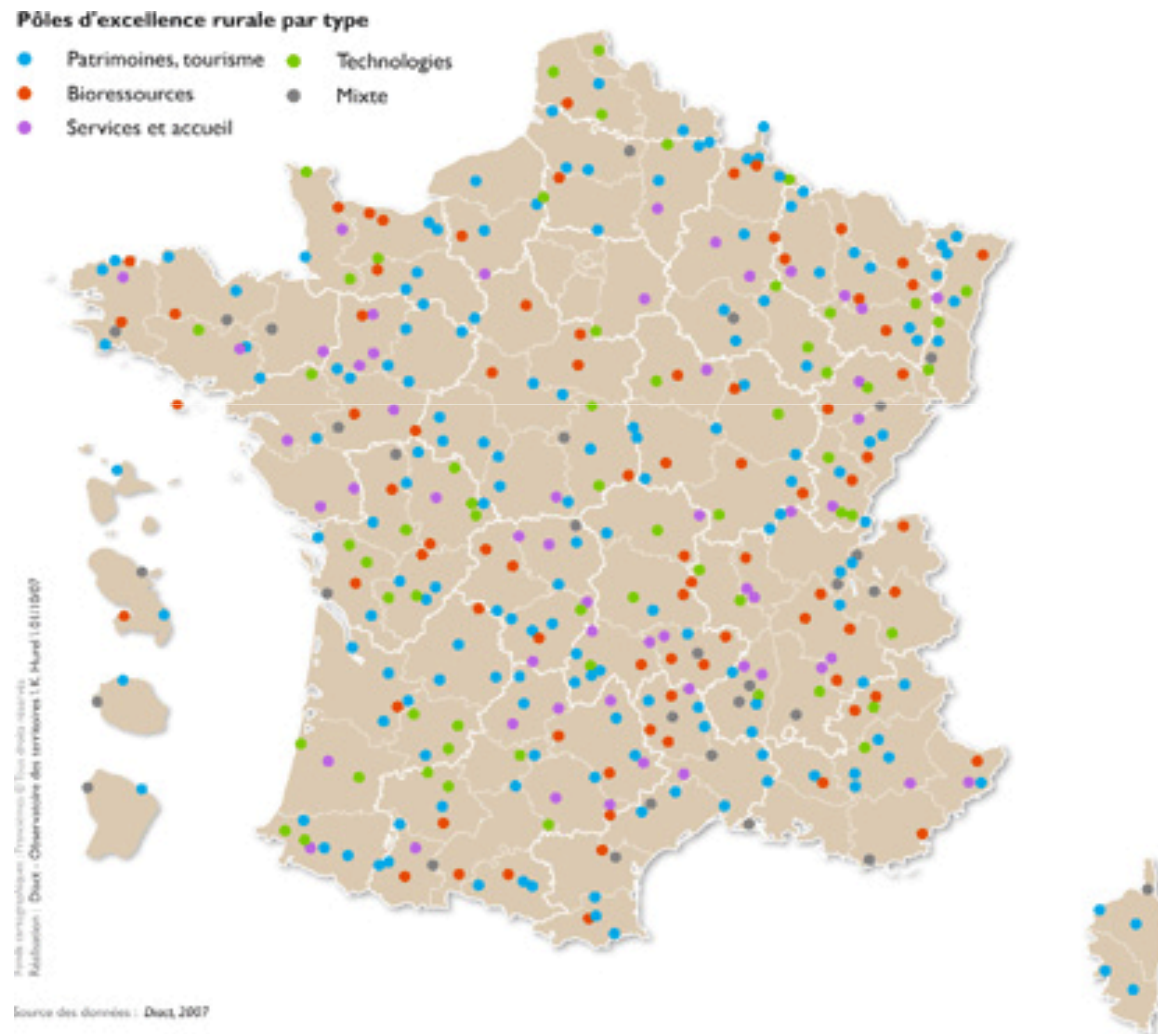
4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

- **Temáticas possíveis para os Projectos a Desenvolver no âmbito do Programa dos Pólos de Excelência Rural:**
 - Promoção dos patrimónios naturais, culturais e artísticos;
 - Promoção da valorização e gestão dos bio-recursos (energias renováveis, produções agrícolas não alimentares, reforço das fileiras de qualidade no plano agro-alimentar, pluriactividade);
 - Promoção da oferta de serviços de acolhimento de novas populações nos territórios rurais;
 - Promoção da excelência tecnológica para as produções industriais, artesanais e de serviços localizados.

4. As redes na competitividade e sustentabilidade dos territórios rurais – o caso do Programa dos Pólos de Excelência Rural em França

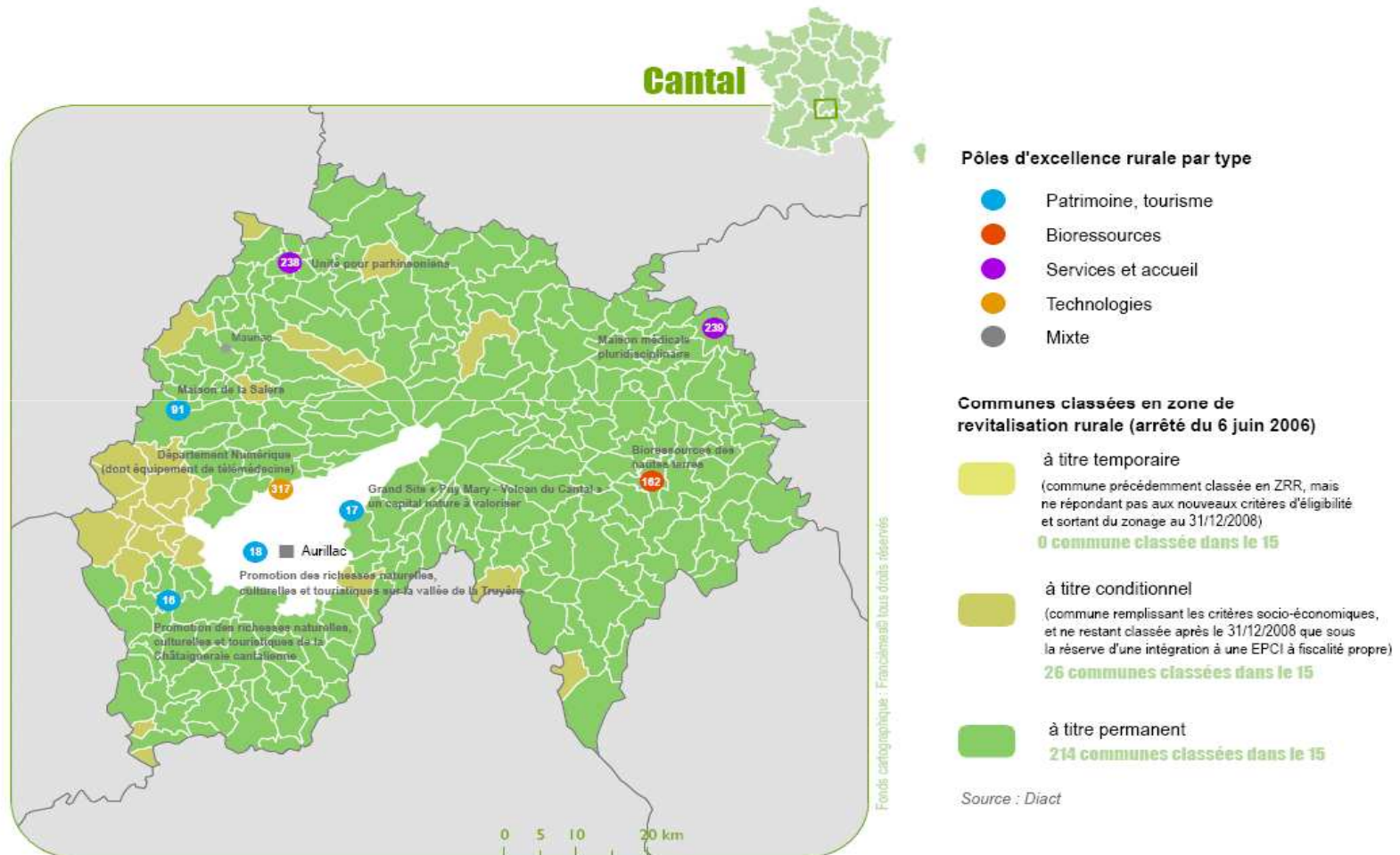
- A aposta na consolidação da identidade do território e na sua operacionalização enquanto factor competitivo;
- Ruptura com modelos de reprodução mimética de soluções – combate ao risco de banalização das especificidades locais;
- Aposta no reinventar da especificidade e no alongar as cadeias de valor.
- 379 Pólos de Excelência Rural certificados.

A localização dos pólos de excelência rural franceses



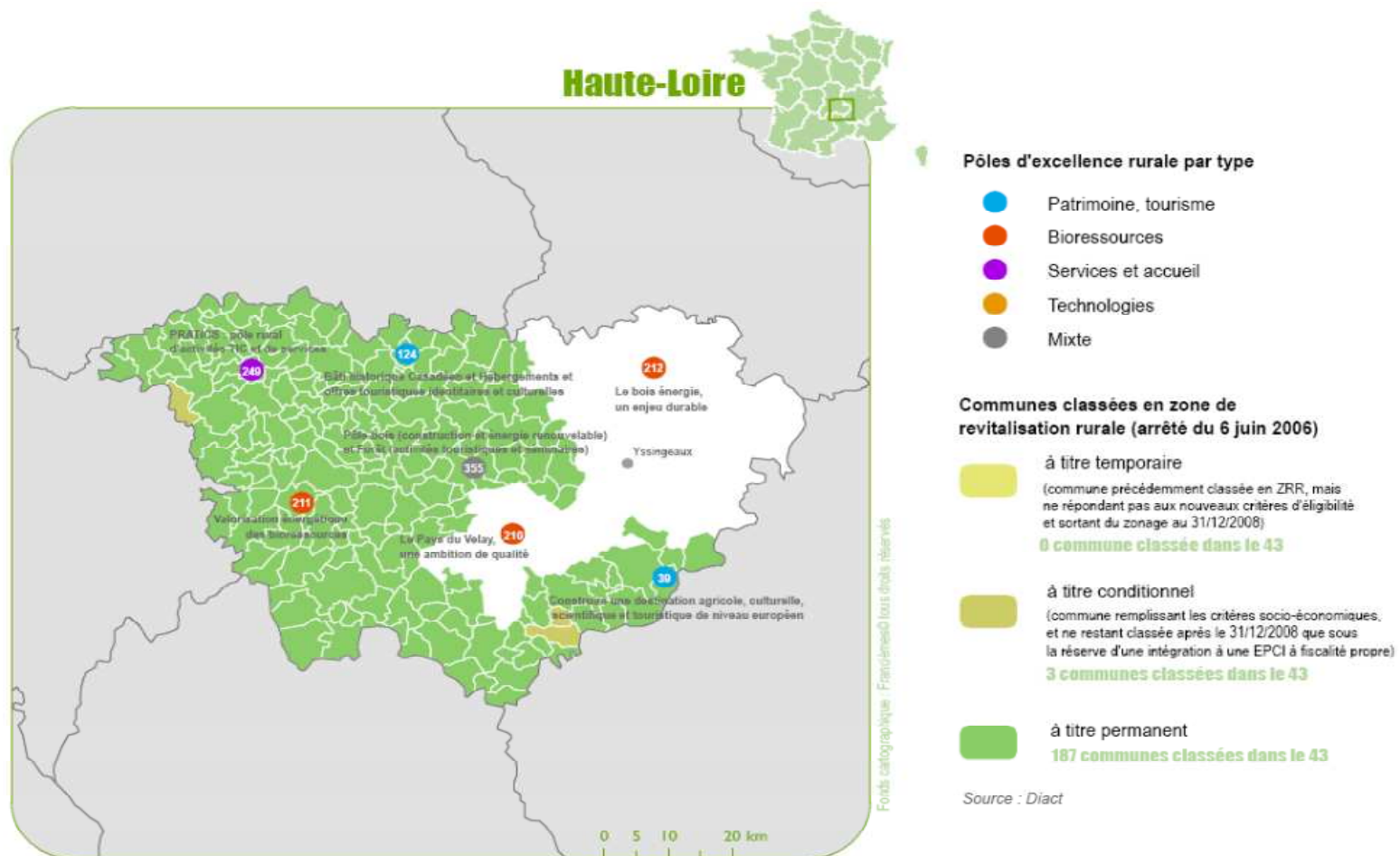
Fonte: <http://poles-excellence-rurale.diact.gouv.fr/>

Développement rural et durable



Fonte: <http://poles-excellence-rurale.diact.gouv.fr/>

Développement rural et durable



Fonte: <http://poles-excellence-rurale.diact.gouv.fr/>

7) A gestão da atractividade territorial, a diplomacia económica e os modelos de inter-actuação estratégica territórios-organizações.

1. Contributos para uma estratégia regional de gestão da memória do território e do conhecimento

- A necessidade de construção e operacionalização de **Sistemas Informativos de Memória do Território**;
- A necessidade de criar de um **Sistema Regional de Apoio à Decisão**;
- A necessidade de elaboração de **Cartas Estratégicas Regionais para a Inovação e Conhecimento**.

2. Contributos para uma estratégia regional de suporte à competitividade e à gestão da atractividade económica

- A necessidade de criação de um **Sistema Regional de *Business e Competitive Intelligence***.
- A necessidade de criação de um **Sistema Territorial de Gestão da Atractividade Económica Regional**.
- A necessidade de criação de **Sistemas Territoriais de Diplomacia Económica**.

Algumas notas finais

- As redes têm associado um enorme potencial para o reforço da competitividade e sustentabilidade do território e das organizações.
- O potencial de competitividade das redes não é automático e exige cada vez mais competências para ser pilotado.
- O potencial das redes não é apenas de sinal positivo e tem implicações que importa saber controlar e conhecer.
- Entre as estratégias para a competitividade e a coesão importa encontrar modelos e soluções que criem complementaridade entre uma e outra.

Algumas notas finais

- É absolutamente essencial articular a promoção do ordenamento do território com as estratégias para a economia e para as empresas.
- A necessidade de criação e reforço de “âncoras-locais”.
- Necessidade de coordenação entre as políticas rurais e as políticas urbanas.
- O meio rural não deve ter uma função de anexo do meio urbano nem uma dimensão apenas de sustentabilidade ambiental.
- Necessidade de coordenação estratégica de soluções de rede entre cidades, ou territórios e entre estes e as organizações nele presentes.

Algumas notas finais

- A importância das soluções de cooperação inter-territorial e inter-organizacionais de não contiguidade geográfica – a zona pertinente da intervenção/ projecto/ intervenção.
- As redes têm um enorme potencial para gerar constelações relacionais de não contiguidade geográfica.
- A importância da relação entre a estratégia, a cooperação, a governação e a governança.
- Da certificação de produtos à certificação de territórios.
- Os instrumentos de política territorial devem assentar cada vez mais em princípios de intervenção como: 1) concentração; 2) selectividade; 3) sustentabilidade financeira; 4) viabilidade económica; 5) gestão e monitorização estratégica.